

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 02082022

CARTA CONVITE Nº 1/2022-009

Aprovação jurídica da abertura de licitação na modalidade Convite para contratação de empresa de engenharia para construção de muro, garagem, estrutura concreto armado para caixa d'água no Posto de Saúde da Família – PSF Comunidade Casca Seca. Análise de minuta de edital, do termo de referência e do respectivo contrato.

1 - RELATÓRIO

Trata-se de pedido de emissão de parecer jurídico encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação do município de Bom Jesus do Tocantins, relativo ao processo administrativo nº 02082022, que se remete à abertura de licitação na modalidade Convite, do tipo menor preço global, para **contratação de empresa de engenharia para construção de muro, garagem, estrutura concreto armado para caixa d'água no Posto de Saúde da Família – PSF Comunidade Casca Seca.**

Deveras, solicita análise quanto à adequação da modalidade licitatória estabelecida, tal como aprovação jurídica das minutas do instrumento convocatório e anexos, observando o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei das Licitações.

É o relatório.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

2) FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

a) Da análise quanto à adequação da modalidade licitatória

Preambularmente, é imperioso pontuar que o dever de licitar encontra-se insculpido no art. 37, XXI da Constituição Federal, referindo-se à limitação imposta à administração pública, em todos os seus níveis, com o objetivo de garantir a proposta mais vantajosa na aquisição de bens ou na contratação de serviços pelo Poder Público.

Sob esse viés, os procedimentos elementares à correta realização dos certames licitatórios e das contratações entre a administração pública e os particulares estão insculpidos na Lei nº 8.666/93 e nas demais normas atinentes, conforme as particularidades de cada modalidade.

Verificando a documentação encaminhada, compreende-se que os procedimentos iniciais, para abertura do procedimento licitatório, foram devidamente observados.

Quanto à adoção da modalidade Convite, de acordo com o autor Victor Aguiar Jardim de Amorim¹, esta consiste na modalidade licitatória mais simplificada de concretização de certame licitatório, referente à celebração de contratações de objetos com pequeno valor econômico, apresentando também celeridade em sua execução.

Nesta senda, examinando-se a minuta do contrato em anexo ao instrumento convocatório, a modalidade Convite fora selecionada também pela característica referida de presteza, tendo em vista que **a contratação de empresa de engenharia para construção de muro, garagem, estrutura concreto armado para caixa d'água no Posto de Saúde da Família – PSF Comunidade Casca Seca**

¹ Amorim, Victor Aguiar Jardim de. Licitações e contratos administrativos : teoria e jurisprudência. 3. ed. Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

faz-se necessária para garantir a manutenção, a segurança e a integridade física dos servidores e da população que utiliza a estrutura da unidade de saúde, seja para desenvolvimento de atividades profissionais ou para atendimento à população.

Sob esse íterim, devemos salientar o que expõe o art. 22, III e § 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 22. São modalidades de licitação:

III - convite;

[...]

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre **interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.**

Além disso, o art. 23, I, alínea “a” e II, alínea “a” – com redação do Decreto Federal nº 9.412/2018 - designa o limite para o valor estimado de contratação mediante convite, os quais são: R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) referente às obras e aos serviços de engenharia e R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) referente às compras e aos serviços.

Analisa-se, assim, que a natureza e o valor estimado do objeto do procedimento – **para contratação de empresa de engenharia para construção de muro, garagem, estrutura concreto armado para caixa d’água no Posto de Saúde da Família – PSF Comunidade Casca Seca, com valor de referência de R\$**

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

162.988,45 (cento e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) – amoldam-se ao que prevê a Lei de Licitações.

Sob essa perspectiva, não há óbice legal à aplicabilidade da modalidade licitatória escolhida, considerando as peculiaridades do caso concreto e o preenchimento dos requisitos legais.

Destaca-se, também, que a doutrina de Maria Sylvia Di Pietro esclarece que a modalidade de licitação Convite deve ocorrer entre, no mínimo, 3 (três) interessados do ramo referente ao seu objeto, escolhidos e convidados pela unidade administrativa, sendo cadastrados ou não, e da qual podem participar também aqueles que, não sendo convidados, estiverem cadastrados na especialidade em questão e indicarem seu interesse com antecedência de 24 horas da exposição das propostas (art. 22, § 3º)².

Portanto, como referido na exposição do dispositivo constitucional, cumpre apontar que incumbirá à Comissão de Licitação garantir a ampla divulgação da presente Carta Convite nos meios de publicidade oficial, além de sua afixação do quadro de avisos da Prefeitura Municipal; atentando-se ainda ao encaminhamento do instrumento convocatório a mais de 03 (três) fornecedores, de forma física ou eletrônica com confirmação de recebimento e identificação do responsável pela empresa; possibilitando maior competitividade ao certame.

b) Da análise da carta convite e da minuta do contrato.

Ante a carta convite supramencionada, averigua-se que esta obedece as cautelas previstas no art. 40 da Lei nº 8.666/93, indicando o número de ordem em

² Pietro, Maria Sylvia Zanella Di. Direito administrativo. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

série anual, o nome da repartição interessada e a expressa indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação.

Em síntese, no que concerne à minuta do contrato em anexo ao instrumento convocatório, examina-se que este atende aos requisitos dispostos no art. 55 da Lei nº 8.666/93, evidenciando-se: o preço; o objeto e as condições de pagamento; os direitos e as obrigações das partes; o prazo de vigência; a indicação do crédito pelo qual ocorrerá as despesas e as sanções disciplinares em caso de inadimplemento contratual.

3 - CONCLUSÃO

À vista dos fatos referidos, **OPINA-SE** pela regularidade da seleção da modalidade Convite, do tipo menor preço global, para o desenvolvimento da licitação que se inicia, assim como pela anuência das minutas do instrumento convocatório, do termo de referência e do respectivo contrato, já que ponderados os requisitos previstos na Lei nº 8.666/93; não existindo óbice ao prosseguimento do certame.

Doravante, convém alertar a Comissão Permanente de Licitação no sentido de garantir a ampla divulgação da presente Carta Convite nos meios de publicidade oficial, além de sua afixação do quadro de avisos da Prefeitura Municipal; atentando-se ainda ao encaminhamento do instrumento convocatório a mais de 03 (três) fornecedores, de forma física ou eletrônica com confirmação de recebimento e identificação do responsável pela empresa; possibilitando maior competitividade ao certame.

Destarte, enfatiza-se que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem revisão técnica da Secretaria solicitante, assim como a verificação das dotações orçamentárias e a



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS

especificidade/cumulação do objeto do certame, pelo que o presente opinativo abrange, especificamente, os contornos jurídicos formais do procedimento em apreço.

É o parecer. S.M.J.

Bom Jesus do Tocantins/PA, em 12 de agosto de 2022.

DENIZE WILL BOHRY VASCONCELOS
OAB/PA 17.282